



**RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2018  
E  
PARECER DO DEFINITÓRIO**

Cartaxo, 27 de março de 2019



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'F. J. ...'.

## RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2018

### INTRODUÇÃO

De acordo com a alínea b) do art.º 22º do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia do Cartaxo, a Mesa Administrativa apresenta o Relatório e Contas, respeitante ao exercício de 2018, acompanhado do Parecer do Definitório e da certificação legal das contas pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas BDO & Associados, SROC, Lda, para conhecimento e análise dos digníssimos Irmãos, com vista à votação em Assembleia Geral a 27 de março de 2019.

Na sequência do trabalho de revisão efetuada pela empresa BDO & Associados, SROC, Lda, ao exercício em apreciação, confirmamos os elementos e informações que os serviços administrativos da Instituição facultaram para análise, designadamente no que respeita às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 da Santa Casa da Misericórdia do Cartaxo, que apresenta um Ativo Líquido de 3.848.770,33 euros e um total de Fundos Patrimoniais de 2.804.611,86 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 111.181,11 euros.

No exercício económico em análise, a Santa Casa da Misericórdia do Cartaxo realizou um total de Rendimentos de 2.147.629,32 euros e de Gastos 2.258.810,43 euros.

O Resultado Líquido do período, ou seja depois dos gastos de depreciação e amortização que totalizaram em 2018 o valor 112.574,75 euros, é negativo em 111.181,11 euros e a Mesa Administrativa propõe que o mesmo seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Consideramos que o ano de 2018, em apreciação, desenvolveu-se num quadro de excecionais dificuldades, em que a Instituição foi obrigada a assumir cada vez mais responsabilidade com os seus utentes, sejam eles de ERPI ou de Centro de Dia, sem esquecer as atualizações do Rendimento Mínimo Mensal Garantido que não têm tido o retorno devido nas participações estatais. Recorde-se que, em 2018, o peso da participação do Estado, por via do Centro Regional da Segurança Social, na estrutura dos rendimentos da Santa Casa da Misericórdia do Cartaxo foi de apenas 24,74 por cento.

A Santa Casa da Misericórdia do Cartaxo tem como grande preocupação cuidar e apoiar quem mais precisa e, por isso, anseia receber, no mais curto de espaço de tempo, os valores em dívida pela Segurança Social, que estão essencialmente relacionados com a componente de vagas reservadas para a Segurança Social e Complemento Lares de Idosos que, em 31 de dezembro de 2018, ascendia a 122.448,32 euros.

Por último, a Mesa Administrativa endereça um agradecimento especial a todos os funcionários da Instituição que são, seguramente, os mais responsáveis por levar a cabo a nossa enorme missão.

E, finalmente, para todos os voluntários, homens e mulheres de Misericórdia que servem com dedicação, amor e sacrifício pessoal a nossa Instituição, um agradecimento sincero da Mesa Administrativa.

*"Ninguém vence sozinho, nem no campo, nem na vida!"*

Papa Francisco

#### **A Mesa Administrativa**

  
Jorge Luciano Gonçalves Nogueira

  
Íris Maria Gaspar das Neves Nunes

  
Eduardo Manuel Samina Lopes

  
Lisete Maria Almeida Pereira

  
Carlos Manuel Sardinha Ribeiro Cruz



## SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO CARTAXO

## EXERCÍCIO DE 2018

Respostas	Lar S. João				Outras Actividades				TOTAL
	ERPI - LSJ	Centro de Dia	Serviço de Apoio Domiciliário	Residências	ERPI - CSC	Cantina Social	Administração		
<b>Vendas</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Prestações de Serviços</b>	485.439,67	69.472,32	113.529,88	123.209,70	595.408,44	0,00	2.243,62	1.389.303,63	
Quotas dos Utilizadores/Mensalidades	430.556,52	69.472,32	113.529,88	123.209,70	595.408,44			1.332.176,86	
Comparticipação Utentes	54.883,15							54.883,15	
Quotas de Irmãos								2.243,62	
Para Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Subsídios, Doações Leg. À Exploração</b>	374.051,26	33.491,27	125.749,17	738,26	1.453,62	3.430,00	45.366,11	584.279,69	
Subsídios do Estado Outros E. Públicos	374.051,26	33.491,27	125.749,17	738,26	1.453,62	3.430,00	0,00	584.279,69	
Centro Regional de Segurança Social	370.376,59	32.587,20	125.044,80			3.430,00		531.438,59	
Doações e Heranças	3.674,67	904,07	704,37	738,26	1.453,62		45.366,11	45.366,11	
De Outros Sectores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.474,99	
Reversões	66.215,83	6.404,44	771,02	3.063,30	22.106,81			174.025,24	
<b>Outros Rendimentos e Ganhos</b>								20,76	
Juros, Dividendos e Outros Rendimentos								20,76	
<b>Sub.Total Proveitos (1)</b>	925.706,76	109.368,03	240.050,07	127.011,26	618.968,87	3.430,00	123.094,33	2.147.629,32	
<b>C.M.V.M.C.</b>	104.443,22	49.410,54	65.780,01	22.897,93	84.355,35	5.418,52	0,00	332.309,57	
Géneros Alimentares	80.581,33	45.328,21	60.376,14	19.209,16	69.552,93	5.341,57		280.389,34	
Outros	23.861,89	4.082,33	5.403,87	3.688,77	14.802,42	76,95		51.920,23	
<b>Fornecimentos e Serviços Externos</b>	244.895,97	58.495,78	37.692,59	52.955,33	151.045,81	0,00	16.163,56	561.249,04	
Serviços Especializados	28.934,24	4.196,24	9.347,41	5.636,53	23.568,74		9.894,84	81.578,00	
Material	4.749,70	579,79	1.051,54	705,76	1.116,43			8.203,22	
Energia e Fluidos	65.561,32	20.842,56	24.302,02	14.739,08	49.821,08			175.266,06	
Deslocações e Estadas	358,74	61,08	10,02	86,17	316,12			832,13	
Serviços Diversos	144.729,45	32.614,68	2.981,60	31.703,37	75.940,61		6.288,72	294.238,43	
Plano Actividades Desenvolvimento Pessoal (PADP)	562,52	201,43		84,42	282,83			1.131,20	
<b>Gastos com o Pessoal</b>	694.095,58	59.401,61	120.539,47	41.809,90	316.827,68	0,00	0,00	1.232.874,24	
Remunerações Certas	544.159,63	43.906,84	95.348,13	31.651,48	244.036,35			959.102,43	
Remunerações Adicionais	21.210,00	2.677,08	1.460,48	1.311,56	13.733,71			40.392,83	
Formação Profissional / Medicina no Trabalho	695,06	229,88	231,86	148,22	478,48			1.783,50	
Encargos sobre Remunerações	117.566,85	10.266,16	21.186,55	7.095,55	53.967,62			210.082,73	
Seg. Acad. Trab. e Doenças Prof.	5.809,93	1.921,83	1.938,20	1.238,96	4.000,09			14.909,01	
Outros Custos com Pessoal	4.654,11	399,82	374,25	364,13	611,43			6.403,74	
<b>Gastos de Depreciação e de Amortização</b>	56.182,78				56.391,97			112.574,75	
Perdas por Imparidades	337,67	38,08	45,13	43,38	495,56		1.188,82	2.148,64	
Outros Gastos e Perdas	1,66	0,55	0,73	0,32	1,90		17.849,03	17.854,19	
<b>Gastos e Perdas de Financiamento</b>								35.201,41	
Sub.Total Custos (2)	1.099.956,88	167.346,56	224.057,93	117.706,86	609.122,27	5.418,52		2.258.810,43	
<b>Resultado Líquido (1)-(2)=(3)</b>	-174.250,12	-57.978,53	15.992,14	9.304,40	9.846,60	-1.988,52	87.892,92	-111.181,11	

*Handwritten signature and initials in blue ink.*



## SANTA CASA MISERICÓRDIA DO CARTAXO

EXERCÍCIO 2018

GASTOS		São João				Outras Atividades				TOTAL
Contas	Descritivo	ERPI - LSJ	Centro de dia	Serviço de Apoio Domiciliário	Residências	ERPI - CSC	Administração			
61	Custo Mercadorias	104.443,22 €	49.410,54 €	65.780,01 €	22.897,93 €	84.359,35 €	0,00 €	5.418,52 €	332.309,57 €	
62	Fornec. Ser.Externos	244.895,97 €	58.495,78 €	37.692,59 €	52.955,33 €	151.045,81 €	16.163,56 €		561.249,04 €	
63	Gastos c/ Pessoal	694.095,58 €	59.401,61 €	120.539,47 €	41.809,90 €	316.827,68 €	0,00 €		1.232.674,24 €	
64	Gastos Dep. Amort	56.182,78 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	56.391,97 €	0,00 €		112.574,75 €	
65	Perdas por Imparidades	0,00 €		0,00 €					0,00 €	
68	Outros gastos e Perdas	337,67 €	38,08 €	45,13 €	43,38 €	495,56 €	1.188,82 €		2.148,64 €	
69	Gastos perdas Financiam	1,66 €	0,55 €	0,73 €	0,32 €	1,90 €	17.849,03 €		17.854,19 €	
	<b>Total Custos</b>	<b>1.099.956,88 €</b>	<b>167.346,56 €</b>	<b>224.057,93 €</b>	<b>117.706,86 €</b>	<b>609.122,27 €</b>	<b>35.201,41 €</b>	<b>5.418,52 €</b>	<b>2.258.810,43 €</b>	
RENDIMENTOS										
Contas	Descritivo									
71	Vendas									0,00 €
72	Prest. Serviços	485.439,67 €	69.472,32 €	113.529,88 €	123.209,70 €	595.408,44 €	2.243,62 €		1.389.303,63 €	
75	Sub. Doac. Leg. Exploraç	374.051,26 €	33.491,27 €	125.749,17 €	738,26 €	1.453,62 €	45.366,11 €	3.430,00 €	584.279,69 €	
76	Reversões	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €	
78	Outros Rend. E Ganhos	66.215,83 €	6.404,44 €	771,02 €	3.063,30 €	22.106,81 €	75.463,84 €		174.025,24 €	
79	Juros, dividendos e outros Rendim.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	20,76 €		20,76 €	
	<b>Total Proveitos</b>	<b>925.706,76 €</b>	<b>109.368,03 €</b>	<b>240.050,07 €</b>	<b>127.011,26 €</b>	<b>618.968,87 €</b>	<b>123.094,33 €</b>	<b>3.430,00 €</b>	<b>2.147.629,32 €</b>	

	<b>Resultado</b>	<b>-174.250,12 €</b>	<b>-57.978,53 €</b>	<b>15.992,14 €</b>	<b>9.304,40 €</b>	<b>9.846,60 €</b>	<b>-1.988,52 €</b>	<b>87.892,92 €</b>	<b>-111.181,11 €</b>
--	------------------	----------------------	---------------------	--------------------	-------------------	-------------------	--------------------	--------------------	----------------------

**SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO CARTAXO**

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

---

**Ano: 2018**

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

## Índice

Demonstrações Financeiras .....	3
Balanço .....	4
Demonstração de Resultados .....	5
Demonstração de Alterações dos Fundos Patrimoniais .....	7
Demonstração de Fluxos de Caixa .....	9
Nota às demonstrações financeiras .....	10
1. Identificação da Entidade.....	11
a. Dados de identificação .....	11
2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras.....	11
a. Referencial contabilístico utilizado .....	11
3. Principais Políticas Contabilísticas.....	12
a. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.....	12
b. Juízos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacte nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras .....	15
c. Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o ano financeiro seguinte) .....	15
4 .Activos Fixos Tangíveis	
a. Divulgação para cada classe de activos tangíveis, conforme quadro seguinte: .....	16
5. Activos Fixos intangíveis.....	17
8 Financiamentos obtidos .....	17
9. Inventários.....	18
10. Vendas e serviços prestados .....	18
11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	18
12. Subsídios do governo e outros apoios .....	19
14. Fundos Patrimoniais	20
15. Activos não Correntes Detidos para Venda .....	20
16. Instrumentos Financeiros.....	21
c. Quantia escriturada de cada uma das categorias de activos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de activos e passivos	
17. Benefícios dos empregados .....	23
a. Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas.....	23
b. Benefícios de Empregados e Encargos da Entidade.....	24

18.	Outras Informações.....	24
a.	Outras divulgações exigidas por diplomas legais.....	24
b.	Outras divulgações que achamos serem relevantes para melhor compreensão dos Resultados.....	24

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the letters 'F', 'P', and 'E'.

**Demonstrações Financeiras**



## Balanço

Empresa: SANTA CASA DA MISERICORDIA DO CARTAXO (501118888)

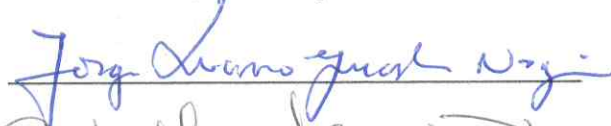
Balanço em

31/dez/2018

RUBRICAS	Notas	Datas	
		2018	2017
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	4	3 381 808,28	3 520 497,61
Activos intangíveis	5	261,84	0,00
Investimentos financeiros	16	6 868,25	4 766,21
Outros créditos e activos não correntes	15	158 356,94	53 505,00
		<b>3 547 295,31</b>	<b>3 578 768,82</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários	9	11 912,10	11 325,27
Créditos a receber	16	67 170,22	73 183,46
Estado e outros entes públicos	16	13 864,41	9 769,95
Outros activos correntes	16	157 043,73	118 028,44
Diferimentos	16	22 350,16	10 689,84
Caixa e depósitos bancários	16	29 134,40	8 415,76
		<b>301 475,02</b>	<b>231 412,72</b>
<b>Total do ACTIVO</b>		<b>3 848 770,33</b>	<b>3 810 181,54</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS</b>			
Fundos		1 317 848,58	1 317 848,58
Resultados transitados		1 013 876,87	1 062 373,81
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	12	584 067,52	530 302,13
Resultado líquido do período		(111 181,11)	(48 496,94)
Interesses minoritários			
<b>Total dos Fundos patrimoniais</b>	14	<b>2 804 611,86</b>	<b>2 862 027,58</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	8	248 180,00	354 620,07
		<b>248 180,00</b>	<b>354 620,07</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	16	124 691,96	103 408,86
Estado e outros entes públicos	16	49 285,06	44 429,99
Financiamentos obtidos	8	230 704,70	131 912,00
Outros passivos correntes	16	324 323,44	289 223,88
Diferimentos	16	66 973,31	24 559,16
		<b>795 978,47</b>	<b>593 533,89</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>1 044 158,47</b>	<b>948 153,96</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do Passivo</b>		<b>3 848 770,33</b>	<b>3 810 181,54</b>

A Direcção

O Contabilista Certificado

  
 Jorge Manuel Duarte Nogueira  
 António Manuel Soares Duarte  
 Bernardo Manuel Saucina Lopes  
 Vítor Manuel de Almeida Nunes  
 Maria Gaspar das Neves Nunes

## Demonstração de Resultados

Empresa: SANTA CASA DA MISERICORDIA DO CARTAXO (501118888)  
 Demonstração de Resultados em

31/dez/2018

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Unidade monetária (1)		
		Períodos		
		2018	2017	
Vendas e serviços prestados	+	10	1 389 303,63	1 384 458,28
Subsídios, doações e legados à exploração	+	12	584 279,69	587 420,90
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	+/-		0,00	0,00
Variação nos inventários de produção	+/-		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	+		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	9.1	(332 309,57)	(335 736,09)
Fornecimentos e serviços externos	-	18	(561 249,04)	(525 227,13)
Gastos com pessoal	-	17	(1 232 674,24)	(1 170 397,00)
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	-/+		0,00	0,00
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	11	0,00	(14 000,00)
Provisões (aumentos/reduções)	-/+		0,00	0,00
Outras imparidades	-/+	15	0,00	2 505,00
Aumentos/Reduções de justo valor	+/-		0,00	0,00
Outros rendimentos	+	18	174 025,24	191 350,15
Outros gastos	-	18	(2 148,64)	(38 367,25)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	=		<b>19 227,07</b>	<b>82 006,66</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	4.5	(112 574,75)	(113 437,05)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	=		<b>(93 347,68)</b>	<b>(31 430,19)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	+	18	20,76	66,54
Juros e gastos similares suportados	-	18	(17 854,19)	(17 133,29)
<b>Resultado antes de impostos</b>	=		<b>(111 181,11)</b>	<b>(48 496,94)</b>
Imposto sobre rendimento do período	-/+		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>	=		<b>(111 181,11)</b>	<b>(48 496,94)</b>
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período				
Resultado líquido do período atribuível a: (2)				
Detentores de capital da empresa-mãe	+/-			
Interesses minoritários	+/-			
<b>Resultado por acção básico</b>	=		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

A Direcção

O Contabilista Certificado

*João António Guilherme*

*Luís António*

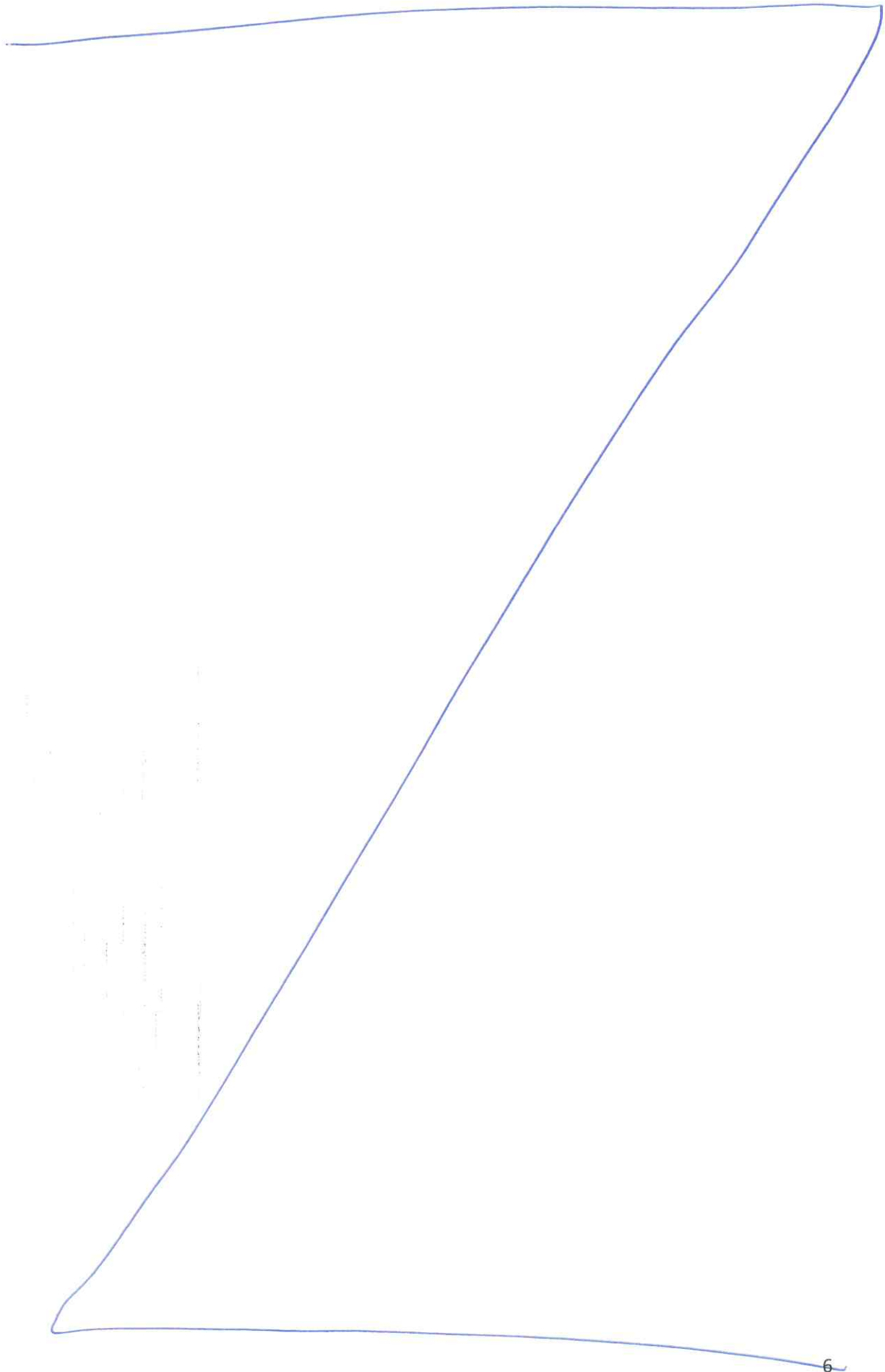
Caril de Jesus Santos

Óscar do Carmo Fernandes

Orlando Soares de Almeida

Teófilo Maria Gaspar dos Neves

Fig  
a  
b  
c  
d



## Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

Empresa: **SANTA CASA DA MISERICORDIA DO CARTAXO (501118888)**

Demonstração individual das alterações nos Fundos Patrimoniais no período 2017

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores				Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total fundos patrimoniais
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transferidos							
<b>1</b>		1.317.848,88			1.072.370,34			(9.996,63)	2.930.320,11			2.930.320,11
<b>2</b>												
<b>3</b>												
<b>4-2+3</b>												
<b>5</b>												
<b>6=1+2+3+4+5</b>		1.317.848,88	0,00	0,00	1.072.370,34	0,00	0,00	0,00	(9.996,63)	0,00	0,00	2.882.027,48

O Contabilista



A Direção

*João Manoel...*  
*Carlos Manoel...*  
*Adriano...*  
*Orlando...*  
*Isabela...*

**Empresa: SANTA CASA DA MISERICORDIA DO CARTAXO**

Demonstração Individual das alterações nos Fundos Patrimoniais no período

2018

DESCRÇÃO	NOTAS	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores										Interesses minoritários	Total fundos patrimoniais
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações patrimoniais	Resultado líquido do período	Total			
<b>6</b> <b>POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018</b>		1 317 848,88	0,00	0,00	1 062 373,71	0,00	0,00	530 302,13	(48 486,94)	2 862 027,48	0,00	2 862 027,48	
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b> Primeira adoção de novo referencial contábilístico Alterações de políticas contábilísticas Diferenças de conversão de demonstrações financeiras Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações Ajustamentos por impostos diferidos Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					(48 486,94)			53 765,39	48 486,94	53 765,39	0,00	53 765,39	0,00
<b>7</b> <b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		0,00	0,00	0,00	(48 486,94)	0,00	0,00	53 765,39	48 486,94	53 765,39	0,00	53 765,39	0,00
<b>8</b> <b>RESULTADO INTEGRAL</b>									(111 181,11)	(111 181,11)	0,00	(111 181,11)	0,00
<b>9=7+8</b> <b>OPERAÇÕES COM DEITORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>									(62 684,17)	(62 684,17)	0,00	(62 684,17)	0,00
Fundos Substidos, doações e legados Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>10</b> <b>POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2018</b>		1 317 848,88	0,00	0,00	1 013 876,77	0,00	0,00	584 067,52	(111 181,11)	2 804 611,76	0,00	2 804 611,76	0,00

A Direção

O Contabilista Certificado

*Foi de uma grande noite  
Fundos Santa Casa de Misericórdia do Cartaxo  
e de acordo com o parecer da comissão de  
Diretores e de acordo com o parecer  
de Maria Gaspar dos Reis Dias*

## Demonstração de Fluxos de Caixa

Empresa: SANTA CASA DA MISERICORDIA DO CARTAXO (501118888)

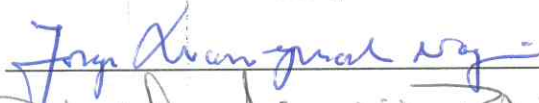
Exercício: 2018

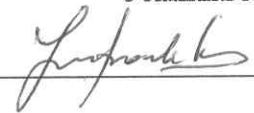
Moeda: EUR


Rúbricas	Notas	2018	2017
Recebimentos de Clientes e utentes		1 632 477,81	1 537 828,12
Pagamentos a Fornecedores		-1 043 404,77	-930 263,48
Pagamentos ao Pessoal		-782 063,40	-793 684,80
<b>Caixa geradas pelas operações</b>		<b>-192 990,36</b>	<b>-186 120,16</b>
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à actividade operacional		179 443,67	186 941,21
<b>Fluxos das actividades operacionais (1)</b>		<b>-13 546,69</b>	<b>-19 178,95</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-2 974,15	0,00
Activos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros Activos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		40 500,00	30 000,00
Activos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros Activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		20,76	88,76
Dividendos		0,00	0,00
<b>Fluxos das actividades de investimento (2)</b>		<b>37 546,61</b>	<b>30 088,76</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento(2)</b>			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		120 000,00	15 000,00
Realizações de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuizos		0,00	0,00
Doações		22 364,32	29 708,80
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-118 049,61	-85 598,16
Juros e gastos similares suportados		-17 991,96	-20 952,68
Amortiz contratos locação financeira		-8 199,88	-2 926,27
Reduções de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
<b>Fluxos de actividades de financiamento (3)</b>		<b>-1 877,13</b>	<b>-64 768,31</b>
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		22 122,79	-53 858,50
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		7 011,61	60 870,11
Caixa e seus equivalentes no fim do período		29 134,40	7 011,61

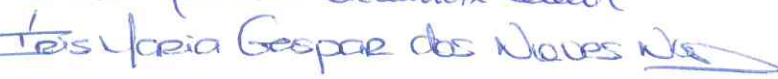
A Direcção

O Contabilista Certificado

  
 João Alexandre  
 Diretor Geral  
 Santa Casa da Misericórdia do Cartaxo

  
 Luís Paulo  
 Contabilista Certificado

  
 Vitor Manuel  
 Diretor Financeiro

  
 Teresa  
 Gestora das Finanças

Juz  
de  
P.  
at.

**Nota às demonstrações financeiras**

Jul  
[Handwritten signature]

**1. Identificação da Entidade**

**a. Dados de identificação**

**Designação da entidade:** Santa Casa da Misericórdia do Cartaxo

**Sede social:** Rua do Progresso, nº 45 – 2970-085 Cartaxo

**Nif:** 501118888

**Página da internet:** www.scmcartaxo.pt

**Natureza da actividade** Actividades de apoio social a pessoas idosas

**2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras**

**a. Referencial contabilístico utilizado**

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o regime de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março, o qual que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho. O SNC-ESNL é regulado pelos seguintes diplomas:

Aviso nº8259/2015, de 29 de Julho (Norma contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo: NCFR-ESNL

Portaria nº218/2015, de 23 de Julho (Código de Contas específico para as Entidades do Sector Não Lucrativo: CC-ESNL;

Portaria nº 220/2015, de 24 de Julho (Modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às entidades do sector não lucrativo).

Sempre que a NCFR-ESNL não responda a aspectos particulares que se coloquem em matéria de contabilização ou relato financeiro das transacções ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu preenchimento impeça o objectivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade recorre, tendo em vista tão somente a superação dessa lacuna supletivamente e pela ordem indicada:

Às NCFR e Normas Interpretativas (NI)

Às Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), adoptadas ao abrigo do Regulamento nº166/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho

Às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respectivas interpretações (SIC e IFRIC)



Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

✓ Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

✓ Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas “Credores por acréscimos de gastos”.

✓ Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

✓ Compensação

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum activo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

✓ Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de Dezembro de 2018 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2017.

### **3. Principais Políticas Contabilísticas**

#### **a. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

✓ Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

✓ Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transacções.

✓ Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de activos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizados no item de activos fixos tangíveis.

Os activos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/installação, são integrados no item de "activos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não forem depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

Os activos fixos tangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto á imparidade sempre que exista uma indicação de que um activo possa estar em imparidade.

✓ Imparidade

A empresa avalia se existe alguma indicação de que um activo possa estar em imparidade no final de cada exercício. Se existir, a empresa estima a quantia recuperável do activo (que é a mais alta entre o justo valor do activo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhece nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados (a não ser que o activo esteja escriturado pela quantia revalorizada, caso em que é tratado como acréscimo de revalorização) e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

✓ Activos intangíveis

À semelhança dos activos fixos tangíveis, os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respectiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios

económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados quando incorridas. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de activos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha recta em conformidade com o respectivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contractos que os estabelecem. O gasto com amortizações de activos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica de " Gastos/Reversões de depreciação e amortização". Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um activo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos o custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o activo é desreconhecido.

✓ Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", para que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

A evidência objectiva de que um activo financeiro ou um grupo de activos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem á atenção sobre os seguintes eventos de perda:

Significativa dificuldade financeira do devedor;

Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;

Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;

Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de activos financeiros desde o seu reconhecimento inicial;

✓ Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo".

✓ Fornecedores e outras contam a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

✓ Estado e Outros Entes Públicos

Os valores contidos referem-se a responsabilidades reais da empresa para com as entidades fiscais tais como: Taxa Social Única, Retenções de IRS. Não existem dívidas fiscais, nem Impostos em atraso por liquidar.

- ✓ Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Entidade.

**b. Juízos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras**

Os Juízos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras foram as seguintes:

**c. Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o ano financeiro seguinte)**

As estimativas são baseadas no melhor reconhecimento existente em cada momento e nas acções que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

- ✓ Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de activos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos no item "Outras variações nos capitais próprios", são transferidos numa base sistemática para resultados á medida em que decorrer o respectivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios á exploração destinam-se á cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados á medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio

**4. Activos Fixo Tangível**

July  


Os activos tangíveis apresentam vidas úteis finitas.

As amortizações dos activos intangíveis estão reflectidas na Demonstração dos Resultados por Naturezas na linha denominada “Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização”.

**a. Divulgação para cada classe de activos tangíveis, conforme quadro seguinte:**

Uma reconciliação da quantia escriturada no começo e no fim do período que mostra separadamente as adições, as alienações, as amortizações, as perdas por imparidade e outras alterações encontra-se no quadro seguinte:

Activos fixos tangíveis		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Totais
			Terranos	Edifícios							
Em 01/01/2017	Quantias brutas escrituradas	379 478,92	388 159,62	3 698 210,59	990 639,60	113 808,65	102 684,77		79 517,30	0,00	5 752 499,45
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas			(965 425,56)	(920 206,06)	(107 083,65)	(96 025,40)		(79 136,24)		(2 168 477,00)
	Quantias líquidas escrituradas	379 478,92	388 159,62	2 732 784,93	70 433,55	6 125,00	6 659,37	0,00	381,06	0,00	3 584 022,45
Adições					24 345,00	11 116,14				14 363,60	49 824,74
Revalorizações											0,00
Transferências											0,00
Reclassificações/Transferências para Pivestimentos											0,00
Alienações, sinistros e abates											0,00
Outras alterações											0,00
Depreciações				(78 253,52)	(24 647,08)	(3 569,59)	(6 766,13)		(113,16)		(113 349,58)
Perdas por imparidade/Outras alterações											0,00
Em 31/03/2017 (01/01/2018)	Quantias brutas escrituradas	379 478,92	388 159,62	3 698 210,59	990 639,60	138 153,65	113 800,91	0,00	79 517,30	14 363,60	5 802 324,19
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	(1 043 679,18)	(944 853,13)	(111 253,34)	(102 791,53)	0,00	(79 249,40)	0,00	(2 281 826,58)
	Quantias líquidas escrituradas	379 478,92	388 159,62	2 654 531,41	45 786,47	26 900,31	11 009,36	0,00	267,90	14 363,60	3 520 497,61
Adições			18 390,27	55 170,81	2 230,00		1 308,03				38 732,19
Revalorizações											0,00
Transferências		(23 800,00)	(25 226,12)	(79 967,37)		(12 400,00)					(138 393,45)
Reclassificações/Transferência para Pivestimentos											0,00
Alienações, sinistros e abates			(11 859,82)	(35 579,44)							(47 439,26)
Outras alterações											0,00
Depreciações				(75 962,34)	(21 909,14)	(9 148,75)	(5 310,46)		(113,16)		(112 443,85)
Perdas por imparidade/Outras alterações				31 355,97	12 400,00						43 755,97
Em 31/03/2018	Quantias brutas escrituradas	355 678,92	369 463,95	3 640 834,59	992 869,80	125 753,65	115 108,94	0,00	79 517,30	53 095,79	5 732 322,74
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	(1 085 245,55)	(956 762,27)	(108 002,69)	(108 101,99)	0,00	(79 362,56)	0,00	(2 350 514,40)
	Quantias líquidas escrituradas	355 678,92	369 463,95	2 555 589,04	26 107,33	17 751,56	7 006,95	0,00	154,74	53 095,79	3 381 808,28

As adições mais significativas referem-se á doação da propriedade “Sítio da Regateira” no valor de 73.561,08. Os valores incluídos em “transferências” e “perdas por imparidade/outras alterações” devem-se essencialmente ao valor das reclassificações de Activos Fixos Tangíveis para ANCDV.

**5. Activos intangíveis**

As bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta encontram-se descritas no ponto “Activos Fixos Tangíveis” O mesmo acontece com os métodos de depreciação e vidas úteis utilizadas.

Activos intangíveis	Projetos de desenvolvimento			Propriedade industrial					Activos intangíveis em curso	Totais
	Gerados internamente	Outros	Programas de computador	Marcas comerciais	Cabeçalhos e títulos de publicações	Licenças e franquias	Recetas, fórmulas, modelos, concepções e protótipos	Copyrights, patentes e outros direitos de propriedade industrial, direitos de serviços e operacionais		
Em 01/01			19 257,76	649,89						19 907,65
2017			(19 170,29)	(649,89)						(19 820,18)
	Quantias brutas escrituradas		87,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	87,47
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas									0,00
	Quantias líquidas escrituradas	0,00	0,00	87,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	87,47
Adições										0,00
Revalorizações										0,00
Transferências										0,00
Reclassificações para activos não correntes										0,00
Alienações, sinistros e abates										0,00
Outras alterações										0,00
Amortizações			(87,47)							(87,47)
Perdas por imparidade										0,00
Em 31/12			19 257,76	649,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19 907,65
2018			(19 257,76)	(649,89)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(19 907,65)
	Quantias brutas escrituradas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Quantias líquidas escrituradas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adições			392,74							392,74
Revalorizações										0,00
Transferências										0,00
Reclassificações para activos não correntes										0,00
Alienações, sinistros e abates										0,00
Outras alterações										0,00
Amortizações			(130,90)							(130,90)
Perdas por imparidade										0,00
Em 31/12			19 650,50	649,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20 300,39
2019			(19 388,66)	(649,89)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(20 038,55)
	Quantias brutas escrituradas	0,00	0,00	261,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	261,84
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00							0,00
	Quantias líquidas escrituradas	0,00	0,00	261,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	261,84

## 8. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a decomposição da rubrica de empréstimo é a seguinte

Descrição	2018	2017
Descoberto Bancário (CGD)		1 404,00
Empréstimo bancário curto prazo	230 704,70	131 912,00
Empréstimo bancário ML prazo	248 180,00	354 620,07
<b>Totais</b>	<b>478 884,70</b>	<b>487 936,07</b>

Os juros relativos aos empréstimos bancários totalizam o valor de 17.854,19€

Os empréstimos bancários a MLP referem-se aos contratos 770/78119 com o Novo Banco que terminará no ano de 2022. O contrato de financiamento 85515 para aquisição de uma viatura que foi celebrado em 2015 pelo prazo de 48 meses com FCE Bank pelo montante de 11.850,00€, que terminará em Agosto de 2019, faltando amortizar o valor de 2.206,€. Em Dezembro/2017 foi efectuado um contrato (090680) para aquisição de viatura do valor de 24.345,00€ que terminará em Dezembro de 2021 faltando amortizar 17.791€. A C/Corrente com o NB tem um saldo em 31/12/2018 no valor de 140.000,00€.

### 9. Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se mensuradas pelo seu valor de aquisição acrescido das demais despesas acessórias de compra até á sua entrada em armazém.

É utilizado o sistema de inventário permanente na movimentação dos stocks.

Descrição	2018	2017
Matérias primas	8 092,42	7 459,15
Materials diversos	3 819,68	3 866,12
<b>Totais</b>	<b>11 912,10</b>	<b>11 325,27</b>

#### **9.1 Demonstração do custo das Matérias Consumidas em 31 de Dezembro de 2018**

Descrição	2018	2017
Inventario inicial	11 325,27	13 043,16
Compras	332 896,40	334 018,20
Inventario final	11 912,10	11 325,27
<b>Totais</b>	<b>332 309,57</b>	<b>335 736,09</b>

### 10. Vendas e serviços prestados

Repartição do valor líquido das prestações de serviços. Os valores referentes ao Lar de S.João e Casa St.Cruz dizem respeito a mensalidades. O valor inscrito em "outros" refere-se o valor mais relevante (54.883,15€) a comparticipação de utentes.

Descrição	2018	2017
Prestação serviços-Lar S.João	736 768,42	734 251,34
Prestação serviços-Casa St.Cruz	595 408,44	591 386,44
Outros/quotas/comparticipações	57 126,77	58 820,50
<b>Totais</b>	<b>1 389 303,63</b>	<b>1 384 458,28</b>

### 11. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

As dívidas de clientes/utentes superiores a 1 ano totalizam 83.099,00€. Para um dos utentes existe uma dívida com antiguidade superior a um ano de 32.738,0 (2012 a 2016), representando 45% do valor das dívidas a mais de 1 ano. Existe a perspectiva de exercer um direito (garantia)

da SCMC sobre um imóvel desse utente. Para estes saldos estão constituídas provisões/ajustamento de 40.000,00€.

Descrição	Saldo inicial	Reforço	Saldo final
Perdas por imparidade			
Em clientes/utentes	40 000,00	0,00	40 000,00
<b>Totais</b>	<b>40 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>40 000,00</b>

## 12. Subsídios do governo e outros apoios

Os subsídios á exploração são reconhecidos na Demonstração de Resultados na parte proporcional dos gastos suportados.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de activos fixos tangíveis e intangíveis são registados no Capital Próprio e reconhecidos na Demonstração de Resultados, proporcionalmente às depreciações/amortizações respectivas dos activos subsidiados. No exercício de 2018 foi reconhecido como rendimento o valor de 19.795,69€. Os subsídios não reembolsáveis relacionados com resultados, que ascendem a 546.413,58€, correspondem às participações mensais efectuadas pela SS para o exercício de 2018. Estão por receber participações que ascendem a 122.448,00€.

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço		2018					2017				
		Demonstração dos resultados		Balanço			Demonstração dos resultados		Balanço		
		Reconhecidas como subsídios á exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas nos fundos próprios (Diferença Variáveis no Capital Próprio)	Reconhecidas no passivo Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar	Reconhecidas como subsídios á exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas nos fundos próprios (Diferença Variáveis no Capital Próprio)	Reconhecidas no passivo Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com activos	Subsídios	19 795,69	584 067,52			19 795,69	530 302,13			
		Subtotais	0,00	19 795,69	584 067,52	0,00	0,00	0,00	19 795,69	530 302,13	0,00
	Subsídios relacionados com resultados	Subsídios	546 413,58					529 807,53			
		Doações	37 866,11					57 613,37			
	Subtotais	584 279,69	0,00	0,00	0,00	0,00	587 420,90	0,00	0,00	0,00	0,00
Reembolsáveis											
	Subtotais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Totais</b>		<b>584 279,69</b>	<b>19 795,69</b>	<b>584 067,52</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>587 420,90</b>	<b>19 795,69</b>	<b>530 302,13</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Os subsídios reconhecidos nos Fundos Próprios desdobram-se como segue:

Descrição	Entidade	2018	2017
Projecto ampliação Lar S. João	PIDADAC	335 477,15	345 062,15
Remodelação Lar S. João	FSE-S.SOCIAL	164 005,74	171 460,56
Inalentejo	FEDER	11 023,55	13 779,42
<b>Totais</b>		<b>510 506,44</b>	<b>530 302,13</b>



**14. Fundos Patrimoniais**

Descrição	2018	2017
Fundos Patrimoniais		
Fundos	1 317 848,58	1 317 848,58
Resultados Transitados	1 013 876,87	1 062 373,81
Outras Variações Fundos Patrimoniais	584 067,52	530 302,13
Resultado Líquido Período	-111 181,11	-48 496,94
<b>Totais</b>	<b>2 804 611,86</b>	<b>2 862 027,58</b>

**15. Outros créditos e activos não correntes**

Mantém a autorização e a expectativa de venda das propriedades pelo valor líquido contabilizado. Esta autorização foi actualizada pela Acta de 24 de Setembro de 2018.

Em 27 de Fevereiro de 2019 foi vendido o Beco do Açude pelo valor de 110.000.00€

Descrição	Valor aquisição	Dep. acumuladas	Aut. venda	Imparidades	Venda	Valor Liq. contabilístico
Prop. Urbana Vale da Pinta	60 000,00	2 700,00	54 000,00	3 300,00		54 000,00
Pedreira	23 800,00	0,00	17 400,00	0,00	0,00	23 800,00
Rua Nova Soares	25 000,00	5 750,00	54 000,00	0,00		19 250,00
Beco Acude	77 193,49	15 886,55	109 000,00	0,00		61 306,94
<b>Totais</b>	<b>185 993,49</b>	<b>24 336,55</b>	<b>234 400,00</b>	<b>3 300,00</b>	<b>0,00</b>	<b>158 356,94</b>

**16. Instrumentos Financeiros**

a. As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do Balanço

**Clientes**

Activo	2018	2017
Cientes		
Cientes c/corrente	67 170,22	73 183,46
Cientes cobrança duvidosa	40 000,00	40 000,00
Sub total	107 170,22	113 183,46
Perdas por imparidade	40 000,00	40 000,00
Totais	67 170,22	73 183,46

Passivo	2018	2017
Cientes		
Adiantamento de clientes	109 437,27	101 320,36
Totais	109 437,27	101 320,36

#### Estado e outros entes públicos

No período de 2019 foi pedido um reembolso de IVA (alimentação) no valor de 3.340,0€.

Foram recebidos durante o ano de 2018 reembolsos que totalizam 10.523,00€.

Falta receber o valor de 13.864,41€

Activo	2018	2017
Imposto sobre o Rendimento		
Retenções Imposto sobre Rendimento		
IVA	13 864,41	9 769,95
Outros imposto		
Totais	13 864,41	9 769,95

Passivo	2018	2017
Imposto sobre o rendimento	6 739,15	5 974,25
Contribuições para a seg.social	42 351,22	38 288,08
Outros (FCT)	194,69	167,66
Totais	49 285,06	44 429,99

#### Fornecedores

Activo	2018	2017
Adiantamentos a fornecedores	1 410,77	974,16
<b>Totais</b>	<b>1 410,77</b>	<b>974,16</b>

Passivo	2018	2017
Fornecedores		
Fornecedores c/c	124 691,96	103 408,86
<b>Totais</b>	<b>124 691,96</b>	<b>103 408,86</b>

#### Outros activos correntes

Activo	2018	2017
Feder/inalentejo	5 496,37	5 496,37
ISS, IP-Centro distrital	122 448,32	94 509,10
Outros	29 099,04	18 022,97
<b>Totais</b>	<b>157 043,73</b>	<b>118 028,44</b>

Os valores a receber da Segurança Social referentes a participações estão reflectidos no quadro abaixo.

Descrição	Valor
Saldo 2012	4 895,01
Comparticipações 2013 por receber	(1 284,00)
Comparticipações 2014 por receber	14 475,00
Comparticipações 2016 por receber	33 098,00
Comparticipações 2017 por receber	30 302,00
Comparticipações 2018 por receber	40 962,00
<b>Totais</b>	<b>122 448,01</b>

#### Outros passivos correntes

Os valores das remunerações a liquidar referem-se a estimativas de férias, subsídios de férias e encargos.

Passivo	2018	2017
Fornecedores imobilizado	0,00	0,00
Remunerações liquidar	174 925,70	157 896,21
Adiantamento de clientes	109 437,27	101 320,36
Outros	39 960,47	30 007,31
<b>Totais</b>	<b>324 323,44</b>	<b>289 223,88</b>

#### Disponibilidades

Activo	2018	2017
Caixa	4 566,28	2 628,86
Depositos á Ordem	24 568,12	5 786,90
Outros depositos Bancarios	0,00	0,00
<b>Totais</b>	<b>29 134,40</b>	<b>8 415,76</b>

#### Diferimentos

Activo	2018	2017
Seguros	8 733,35	2 276,55
Outros	13 616,81	8 413,29
<b>Totais</b>	<b>22 350,16</b>	<b>10 689,84</b>

Passivo	2018	2017
Rendas	869,00	869,00
Apartamentos Lar S.João	53 833,25	18 999,96
Rubis	7 675,80	0,00
Subsidio IEFP	4 595,26	4 690,20
<b>Totais</b>	<b>66 973,31</b>	<b>24 559,16</b>

O valor mais significativo relativo ao "Lar S.João" diz respeito ao diferimento do valor de 2 vivendas, as vivendas 5 e 6 com inicio em 2015 e 2018 respectivamente. Os valores foram diferidos por 5 anos.

#### Outros Activos Financeiros

Outros Activos Financeiros compreende as entregas feitas ao Fundo de Compensação do Trabalho

Activo	2018	2017
Outros Activos Financeiros	6 868,25	4 766,21
<b>Totais</b>	<b>6 868,25</b>	<b>4 766,21</b>

### 17. Benefícios dos empregados

#### a. Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

Descrição	Nº Médio pessoas	Nº Horas trabalhadas
Pessoal ao serviço da instituição	105	172601
Pessoas remuneradas	105	172601
Pessoas a tempo completo	105	172601
Pessoas ao serviço da empresa por sexo		
Masculino	4	7612
Feminino	101	164989
Totais		172601

**b. Benefícios de Empregados e Encargos da Entidade**

Descrição	2018	2017
Gastos com o pessoal		
Remunerações pessoal	1 004 728,95	956 744,30
Encargos sobre remunerações	210 425,58	197 061,98
Seguros acidentes trabalho	14 909,01	13 112,43
Outros gastos com pessoal	2 610,70	3 478,29
Totais	1 232 674,24	1 170 397,00

**18. Outras Informações**

**a. Outras divulgações exigidas por diplomas legais**

**i) Impostos em mora**

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

**b. Outras divulgações que achamos serem relevantes para melhor compreensão dos Resultados**

**i) Fornecimentos e serviços externos**

Breves considerações ao mapa referente aos FSE

- a. Comissões – 4.290,00 (referente a comissão da Remax da venda de um imóvel. É o 1º ano que aparece)
- b. Combustíveis - ( A diferença de cerca de 20.000,00 em relação ao ano de 2017 deve-se em grande parte ao facto de até 2017 tanto o rapel como os descontos obtidos na aquisição de gás serem lançados na 62 diminuindo os custos e em 2018 foram lançados na conta 78 e diferidos pelo período de dois anos, conforme sugestão da BDO).
- c. Limpeza higiene e conforto – (Desde janeiro de 2018 que começamos a ter prestação de serviços de limpeza nas vivendas o que significou um custo acrescido de 17.679,00, conforme centro de custo (SJ residências). As limpezas foram negociadas para 2018 abaixo do custo de 2017. A diferença deve-se ao aumento dos serviços contratados).
- d. Medicamentos – (O aumento substancial de gastos na medicação evidencia o aumento de utentes com poucos recursos económicos, aos quais a SCMC assume a medicação)
- e. Conservação e reparação – (Foi um ano com muitos gastos de conservação devido à longevidade dos equipamentos)

## Fornecimentos e serviços externos

Descrição	2018	2017
Subcontratos		
Trabalhos especializados	27 636,89	25 185,48
Publicidade e propaganda	439,10	627,30
Vigilância e segurança	796,11	1 612,95
Honorários	1 967,25	1 597,64
Comissões	4 920,00	0,00
Conservação e reparação	43 607,35	40 852,82
Ferramentas e utensílio	3 571,72	6 181,67
Livros e documentação técnica	28,00	12,00
Material de escritório	3 835,21	5 798,55
Outros	2 979,59	3 521,11
Electricidade	60 313,52	58 533,88
Combustíveis	92 972,90	72 693,07
Água	21 979,64	23 615,01
Deslocações e estadas	832,13	1 389,69
Rendas e alugueres	0,00	0,00
Comunicação	7 277,56	9 378,75
Seguros	7 956,16	7 378,81
Contencioso e notariado	1 290,87	354,99
Limpeza higiene e conforto	132 540,54	116 648,22
Sub-total	414 944,54	375 381,94
Outros serviços		
Rouparia	8 252,74	4 361,40
Encargos de saúde c/utentes	20 391,62	19 183,90
Fraldas	42 550,19	40 150,79
Encargos c/serviços médicos	19 264,23	19 257,54
Medicamentos	14 450,68	9 080,21
Serviços de fisioterapia	28 775,38	28 816,69
Outros	12 619,66	28 994,66
Sub-total	146 304,50	149 845,19
Totais	561 249,04	525 227,13

### ii) Outros rendimentos

O valor referente a alienações de 2017 dizem respeito á venda do veiculo Ford 42-09-JZ (1.650,00€) e á venda da propriedade do Vale da Pinta (30.000,00€)

Descrição	2018	2017
Alienações	2 780,16	31 650,00
Sinistros	0,00	0,00
Rendas	40 913,04	40 913,04
Correções relativas a anos anteriores	1 559,05	2 207,18
Subsídios	19 795,69	19 795,69
Reembolsos-medc/fraldas/div	73 396,95	64 501,21
Outros	35 580,35	32 283,03
<b>Totais</b>	<b>174 025,24</b>	<b>191 350,15</b>

### iii) Outros gastos

O valor referente a alienações de 2017 no valor de 33.000,00€ refere-se ao imóvel do Vale da Pinta

Descrição	2018	2017
Impostos	80,88	454,08
Taxas	678,08	1 254,12
Alienações	0,00	33 000,00
Outros		
Correções relativas exerc.anteriores	668,96	2 720,20
Quotizações	720,00	820,00
Outros	0,72	118,85
<b>Totais</b>	<b>2 148,64</b>	<b>38 367,25</b>

### iv) Juros e gastos similares suportados

Descrição	2018	2017
Juros financiamento	17 854,19	17 133,29
<b>Totais</b>	<b>17 854,19</b>	<b>17 133,29</b>

### v) Juros e rendimentos similares obtidos

Descrição	2018	2017
Juros de depositos	20,76	66,54
<b>Totais</b>	<b>20,76</b>	<b>66,54</b>



A Direcção

José Manuel Saldanha  
Eduardo Manuel Saminho Lopes  
Orsela Maria de Oliveira Pereira  
Iris Maria Gaspar dos Neves

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature]

# SANTA CASA DA MISERICORDIA DO CARTAXO

## RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2018

### PARECER DO DEFINITÓRIO

De acordo com o Artº 31, alínea c) do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia do Cartaxo, somos do seguinte parecer:

- 1 – Analisámos o Relatório e Contas do exercício de 2018, e concluímos que toda a documentação consultada para fim se encontrava correta e que deverá ser aprovada.
- 2 – O Relatório da empresa de auditoria, BDO & ASSOCIADOS, SROC, Lda, que consultámos, também nos ajudou a compreender o Relatório e Contas de 2018, dando assim o nosso inteiro acordo à sua aprovação.
- 3 - O Resultado Líquido do Exercício apresentado, é negativo em 111.181,11 €, (depois de ter suportado 112.574,75 € de depreciações do Ativo Fixo Tangível) deverá ser distribuído para a conta de Resultados Transitados.

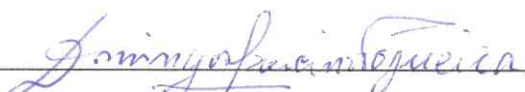
Cartaxo, 25 de março de 2019.

### O Definitório



---

Nuno José Coelho do Carmo



---

Domingos Crucino Nogueira



---

Mário Ribeiro Jordão

## **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

### **RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

#### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santa Casa da Misericórdia do Cartaxo, (adiante também designada por SCMC ou Santa Casa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 3 848 770 euros e um total dos fundos patrimoniais de 2 804 612 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 111 181 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### **Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Santa Casa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

É da responsabilidade do órgão de gestão: (i) a preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; (ii) a elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; (iii) a criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) a avaliação da capacidade da Santa Casa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Santa Casa.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

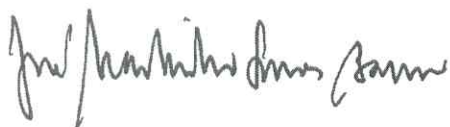
A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Santa Casa;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Santa Casa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Santa Casa descontinue as suas atividades;

- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Lisboa, 25 de março de 2019



---

José Martinho Soares Barroso, em representação de  
BDO & Associados, SROC, Lda.